



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 1918

Senado Federal

Submete à apreciação da Câmara projeto de lei que extingue a Comissão Central de Irmãos e de outras providências.

DESPACHO: Justiça - Economia

em 13 de junho de 1950

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Costa Porto 26 / em 6/1950

O Presidente da Comissão de Economia, Milton Prates

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 10/1950

O Presidente da Comissão de Economia, Milton Prates

Ao Sr. Deputado Eduardo Batistas 25 em 4/1951

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

Ao Sr. Deputado Diniz Gonçalves, Costa 25, em 19

O Presidente da Comissão de Economia, Costa Moraes

SINOPSE

Projeto N.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Emenda: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em de _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

*Rejeitadas a emenda e planta e o projeto e
diussão unica.*

29.1.52

Paulo Salles



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 418-B — 1950

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Economia contrário ao projeto emendado em pauta, com voto vencido do Sr. Costa Pôrto; tendo pareceres da Comissão de Economia contrários ao projeto emendado pauta, com voto vencido do Sr. Costa Pôrto

PROJETO N. 418-50 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias, bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2.º — As operações de crédito, os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei; no caso contrário, são nulas e os mandatários e executores dêsses atos por eles responderão pessoalmente.

Art. 3.º — Prossigam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de junho de 1950.
— Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — Dario Cardoso.

EMENDA DE PAUTA APRESENTADA AO PROJETO N.º 418-50

Substitua-se, no art. 1.º, as palavras "a partir da data em que esta lei entrar em vigor", pelo seguinte: "a partir de trinta dias desta data".

Sala das Sessões, 21 de junho de 1950. — Ataliba Nogueira.

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA

Solicitamos vista do parecer do nobre deputado Costa Pôrto sobre o projeto n.º 418-50, oriundo do Senado, a fim de melhor nos esclarecer quanto aos motivos que teriam determinado a inclusão do artigo 2.º no projeto de extinção pura e simples da Comissão Central de Preços.

Ao que nos foi dado apurar, compras de mercadorias — gêneros de primeira necessidade — efetuadas sem autorização legal, por diversos órgãos do Poder Público, operações que, possivelmente realizadas em boa fé e com as melhores intenções, trouxeram consideráveis prejuízos ao país, deram causa à inclusão do referido artigo.

Cumpre-nos salientar que o projeto 418-50, objeto deste nosso voto, derivou do projeto n.º 46-1947, da autoria do ilustre senador Andrade Ramos, de que aproveitou os dois primeiros artigos sofrendo ligeira modificação, em virtude de uma emenda de redação, o artigo segundo.

Na proposição Andrade Ramos, tinha perfeita aplicação os dispositivos do artigo em aprêço, de vez que criava, pelo artigo 3.º, Comissões de Defesa da Economia.

Era assim como uma advertência para que não fossem realizadas operações de crédito ou compras que não tivessem amparo legal — um expresse receio de que o novo Órgão viesse a exorbitar de suas funções.

*Parecer de
Economia
b*

Projeto

Paulo Salles

Compreendemos e até louvamos os propósitos com que se justifica a incorporação dos dispositivos do artigo 2.º ao projeto 418-50, todavia, ao nosso ver, eles não se ajustam ao sentido restrito da proposição, que visa unicamente a extinção da C.C.P.

Quanto ao mérito, nos reportamos, com satisfação, a um trecho do bem elaborado e erudito parecer do deputado Costa Pôrto.

“Em tese, o que deveria prevalecer é a liberdade de comércio, a fixação de preços resultando, normalmente, da concorrência legítima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jôgo clássico da oferta e da procura”.

Seria realmente para desejar que estivessemos em condições normais de equilíbrio econômico-financeiro, de produção regular e progressiva, de moeda estável e valorizada e dispusessemos de outros fatores favoráveis, para podermos prescindir da intervenção governamental na fixação e no controle de preços, através de aparelhos ineficientes como a C.C.P. e semelhantes, deixando-se o comércio livre, obedecendo apenas ao “jôgo clássico da oferta e da procura”.

Inicialmente, sem maior e mais devido exame do assunto, nos inclinava à aprovação do projeto 418-50.

Contudo, o exame que fizemos, dando ao problema a importância que ele merece, trouxe-nos a convicção de que a C.C.P. com tôdas as suas falhas e deficiências é, ainda assim, o único fim à desmedida expansão ascensional dos preços das utilidades mais necessárias.

Extinta, de pronto, a C.C.P., seria para recelar uma elevação imediata e generalizada de quase todos os artigos de comércio agora sujeitos ao seu controle, recaindo os efeitos da alta, com maiores danos, sobre as classes menos favorecidas, e que vivem de rendimentos certos, mas invariáveis.

Pensamos, assim, que antes da extinção da C.C.P., de utilidade precária e por muitos arguida de prejudicial aos interesses da economia geral, algumas medidas acauteladoras deveriam ser tomadas, no sentido de ser resguardada a possibilidade de uma repentina e escorchante inflação de preços.

Por muito que desejássemos acompanhar a conclusão do brilhante parecer do eminente relator, deputado Costa Pôrto, preferimos ficar com o ponto de vista dos ilustres senado-

res Ivo de Aquino e Santos Neves, que rejeitaram o projeto, declarando:

“Não desejamos assumir a responsabilidade dessa situação, julgando mais prudente e sensato que a extinção da C.C.P., se faça paulatinamente, retirando-se do seu controle os artigos cujo comércio se normalize aos poucos”.

Com estas considerações, negamos aprovação ao projeto.

Comissão de Economia, em 6 de novembro de 1950. — *Diniz Gonçalves*. — *Aliomar Baleeiro*.

PARECER

A Comissão de economia, nos termos do Voto do Deputado Diniz Gonçalves, rejeitou o Parecer do Relator, adotando como vencido os conceitos do referido Voto.

Sala “Carlos Peixoto Filho”, em 3 de dezembro de 1950. — *José Ioffily*. — *Diniz Gonçalves*. — *Galeno Paranhos*. — *Cordeiro de Miranda*, vencido. — *Monteiro de Castro*. — *Tavares d’Amaral*, vencido. — *Daniel Faraco*, com restrições. — *Luiz Carvalho*. — *Amando Fontes*. — *Alde Sampaio*, vencido. — *Hugo Carneiro*. — *Ari Viana*. — *Costa Porto*, vencido. — *Aliomar Baleeiro*. — *Pereira Mendes*.

VOTO VENCIDO DO SR. COSTA PORTO

Oriundo do Senado, veio a esta Comissão, sendo-me distribuído no dia 26, o projeto n.º 418-50, pelo qual se extinguem “a Comissão de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim”, dando-se outras providências relacionadas com o assunto. O projeto do Senado consta de três artigos, assim redigidos:

“Art. 1.º etc.”

Quando em pauta, recebeu a proposição uma emenda, de autoria do nobre deputado Sr. Ataliba Nogueira, mandando substituir, no art. 1.º, as palavras “a partir da data em que esta lei entrar em vigor” pelas seguintes: “a partir de trinta dias desta data”.

PARECER

O processo, vindo do Senado, contém apenas o projeto inicial, modificado naquela alta casa do Congresso, e o autógrafo do texto aprovado. E é pena,

Lote: 26
Caixa: 243

PL N.º 418/1950

2

porque, conhecendo a justificação do seu ilustre autor e os pareceres das doudas Comissões que opinaram a respeito, poderíamos encontrar elementos largos para melhor apreciação da matéria submetida ao nosso exame, o que, no caso, seria de indiscutível alcance, pois se trata de assunto sobre que se deve refletir maduramente.

De fato, estão em jogo altos interesses coletivos, diante dos quais o Congresso precisa meditar com seriedade, a fim de não agir precipitadamente, em prejuízo de tantas classes estreitamente ligadas à matéria em foco.

Em tese, o que deveria prevalecer era a liberdade do comércio, a fixação de preços resultando, normalmente, da concorrência legítima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jogo clássico da oferta e da procura.

Em todos os tempos foi este processo regular que presidiu ao desenvolvimento sadio das trocas, colocando-se o comerciante como uma espécie de "mediador plástico" entre os dois extremos da engrenagem econômica, os centros de produção e os de consumo. Repontam, porém, na história das sociedades, situações anormais em que se altera, profundamente, este ritmo de equilíbrio e, quando tal ocorre, seria ceder em excesso, ao liberalismo, repelir qualquer interferência estatal visando a regular preços, exagêro que não encontra nenhum fundamento, surgindo num mundo em que o Estado se vem extralimitando, desapoderadamente, surgindo, dos escombros do "Etat-gendarme", a configuração revolucionária do Estado onipresente, discutível na doutrina, repelindo como postulado teórico, mas, nem porisso, menos atual e generalizado...

Aliás seria um anacronismo imaginar-se que esta interferência do poder público no comércio privado seja coisa de nossos dias tumultuosos e intranquillos. Tanto quanto é lícito concluir, à luz de documentos históricos, a presença do Estado regulando a produção e o consumo é tão velha quanto o Brasil... ou mais velha ainda.

Quando começou a ser conhecido, na Europa dos fins do medievo, o assucar era produto de farmácia, vendido como gnero medicinal a preço elevadís-

simo, figurando, nos inventários de reis, a modos de joias preciosas. O desenvolvimento da indústria no continente, porém, cedo começou a influir nos preços. Nos meados do século 15, um quilo de açúcar, ensina Simonsen, valia 75 cruzeiros, no poder aquisitivo de hoje e em 1501 a cotação descera para 8\$500. E que, plantando cana na Ilha da Madeira, Portugal desorganizara o o comércio europeu e em tal vigor que a própria Metropole acabou assombrada: em 1498, El-Rei D. Manuel não vê outro caminho senão o intervencionismo estatal, limitando, ao máximo de 120.000 arrobas, a exportação do açúcar da Madeira para o continente. A economia dirigida não é, pois, tão nova quanto se imagina...

E a política de controle de preços também não é inovação perigosa de nossos dias. Utilizou-a, parece, Duarte Coelho, se não h erro de interpretação naquela sua carta de 20 de dezembro de 1546, em que fala em "outros costumes novos que mandei que se usassem... porque estes donos dos engenhos queriam me esfolar o povo".

E política austera, de insofismável "Comissão Central de Preços", é fato banal no Regimento de Tomé de Sousa, quando el-Rei D. João III determina com tôdas as letras:

"y por bem que com os ditos capitães e officiaes asenteis os preços que vos parecer que onestamente podem valer as mercadorias que na terra ouver e asy as que vão do reino... pera terem seus preços certos e onestos... e por eles se venderem, trocarem e escaybarem".

E seria tarefa cômoda respigar, aqui e ali, nas Câmaras de Salvador e Piratininga, nos regimentos dos capitães, governadores e vice-reis, em cartas régias, alvarás e avisos, trêchos expressivos, que delatam ter sido uma constante, por parte do poder público, no Brasil colônia evitar a exploração, limitando a ganância dos comerciantes — os "trantantes" da velha linguagem dos cronistas coloniais.

Esta divagação é necessária para roborar a convicção de que, em tese, não me repugna a existência de rgão de controle, principalmente em situações excepcionais, quando a febre do enriquecimento rápido a todos estonteia, ge-

rando o clima em que "reina os sentidos e a razão é morta" do poeta italiano.

A Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais espalhadas pelo país em fóra tiveram um objetivo patriótico: evitar as manobras artificiais de altas inexplicáveis, submetendo a sorte do consumidor ao guante e ao arbitrio dos exploradores, que alicerçam sua riqueza na miséria do povo indefeso.

Como órgão permanente, entretanto, sua existência, se se justificava plenamente na fase de perturbação criada com a guerra ou nos dias que se seguiram ao conflito, parece demais se prolongue até hoje. É que, segundo se me afigura, houve um erro de base no plano de defesa do consumidor. O controle rígido dos preços, nos moldes em que se pretende agir no Brasil, era razoável como medida de transição, enquanto o país se ajustava ao novo ritmo, saindo das convulsões da guerra. Seria um órgão com o objetivo de freiar a ganância, de sustentar o desequilíbrio, muito comum nestas fases perturbadas, enquanto, simultaneamente, se tratasse de atacar o problema fundamental: a produção, e seu escoamento. Tanto quanto me é dado ver, nesta confusão da vida brasileira, colho a impressão de que será este o único meio de solucionar a crise de abastecimento: produzir e, mais do que isso, fazer que as mercadorias cheguem aos centros de consumo. Teimasse, porém, em querer regular fenômenos flúidos e vaporosos, como os econômicos, apenas utilizando dispositivos legais, uma terrível "ilusão gráfica", de que uma longa experiência de desastres ainda nós não emendou.

E o resultado aí está neste fato que me parece constituir o maior argumento em favor do projeto: a Comissão de Preços se tem limitado, quase que exclusivamente, a sancionar e legalizar a alta sucessiva e vertical dos gêneros de primeira necessidade.

E com uma tremenda injustiça que tem concorrido para levar o desestímulo à vida rural: quase só se tabelam os gêneros agrícolas, os produtos da lavoura não permitindo paga remuneradora, desanimando os agricultores e dando margem a este paradoxo gritan-

te: nas cidades pagamos os olhos da cara pelos gêneros alimentícios que, nos centros de produção, atingem cotações ridículas.

Poder-se-á alegar que a argumentação é contra-producente, porque se isto ocorre existindo o órgão de controle, muito pior será se ele desaparecer. Não me curvo à objeção. Tenho para mim — e traduzo o sentimento geral da opinião — que, por mais estranho que pareça, o controle, como se parte, para agravar a situação, vem fazendo, contribui, em grande

Tabelam-se os gêneros em gabinete e eles se somem, dando lugar ao "câmbio negro", às "negociatas", aos concluídos de "bas-fond" a que está condenado o consumo nos grandes núcleos urbanos, principalmente o Distrito Federal. Não tenho elementos de prova — até porque o suborno, a chantagem, as "gratificações" escusas não se fazem através de documentos — mas é do conhecimento geral o que, neste setor, tem ocorrido no país.

Pagando por fora, o comerciante se defende, cobrando ágios astronômicos e daí o comércio clandestino que, nem sequer, beneficia o fisco, desfalcado das "diferenças" que não constam da escrita dos estabelecimentos comerciais.

Resumindo meu ponto de vista:

Tendo para mim que o problema do abastecimento é uma decorrência da produção e seu escoamento para os centros de consumo. Um organismo de controle se explica em situações anormais, não podendo, entretanto, eternizar-se. Já é tempo de buscar as causas reais da crise, atacá-las de rijo e com decisão, deixando de lado paliativos. As Comissões de Preços falharam por motivos vários, a começar pela circunstância de que se está exigindo delas aquilo que ultrapassa suas possibilidades. O controle, tal qual se vem fazendo, apenas tem contribuído para a proliferação do "câmbio negro", transformando-se tais organismos em aparelhamentos inúteis e custosos. Com os meios legais de que dispõe, pode o governo atacar frontalmente os abusos emergentes, pois são crimes contra a economia popular.

Assim pensando, meu parecer é favorável ao projeto oriundo do Senado, opinando, ainda, favoravelmente à emenda Ataliba Nogueira, com esta redação, "a partir de trinta dias da vigência desta lei".

E' o meu parecer.

Sala das Comissões, 28 de julho de 1950. — *Costa Porto*.

2.º PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA

Na passada legislatura apresentou o Senador Andrade Ramos o presente Projeto que teve o número 46-1947 e, aprovado no Senado, veio a esta Câmara onde recebeu o número 418.

Submetido antes ao exame desta Comissão não logrou pronunciamento favorável apesar do brilhante voto do seu Relator, deputado Costa Porto. Relatou o vencido o deputado Diniz Gonçalves. Na presente sessão legislativa já está Comissão o condenou à rejeição pela aprovação que deu ao Projeto número 513 que foi objeto da mais deta-

lhada apreciação. A fase de perturbação na sua vida econômica que atravessa o País justificou a sobrevivência por determinado prazo de um órgão controlador de preços. Na proposição já aprovada houve a preocupação de, transformando a antiga C.C.P., dar-lhe outras atribuições e libertá-la de deficiências que apresentava. Sua existência que é condicionada às circunstâncias, como bem foi aqui ressaltado, não solucionará o problema da alta dos preços mas o amenizará e sobretudo com a responsabilidade de ser também de abastecimento.

Nestas condições é de ser rejeitado o presente Projeto.

Sala "Carlos Peixoto Filho", em 10 de dezembro de 1951. — *Ruy Palmeira*. — *Leoberto Leal*. — *Waldemar Rupp*. — *Neto Campelo*. — *Iris Meinberg*. — *Daniel Baraco*, pela conclusão. — *Melo Braga*. — *Barros Carvalho*. — *Sylvio Echenique*. — *Bilac Pinto*. — *Walfredo Gurgel*. — *oão Roma*. — *Uriel Alvim*. — *Aral Moreira*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

418 B

1950

Projeto _____ pag. 1

Emenda a pauta _____ pag. 1

Parere de Escuriação $\frac{3.12.50}{10-12-51}$ _____ pag. 1 e 2
Diniz Gonçalves e pag. 5-

Rejeitados a emenda e o projeto e discussões
univas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

600
A IMPRIMIR

45 HILTON
17
PROJETO

Alu
Nº 418-B/1950

Extingue a Comissão Central de Preços e da outras providências; tendo parecer da Comissão de Economia contrário ao projeto emendado em pauta, com voto vencido do Sr. Costa Porto; tendo parecer^s da Comissão de Economia contrários ao projeto emendado pauta, com voto vencido do Sr. Costa Porto.

CÂMARA DOS
28
PROJETO Nº 418/50 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias, bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2º - As operações de crédito, os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei; no caso contrário, são nulas e os mandatários e executores dêsses atos por êles responderão pessoalmente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 9 de junho de 1950

Nereu Ramos

Georgino Avelino

Dario Cardoso

Emenda de penita apresentada
ao projeto n.º 418/50

PARA DOS DEPUTADOS

Emenda n.º ~~507~~

Projeto n.º 418, de 1950.

Substitua-se, no art. 1.º, as
palavras "a partir da data em que
esta lei entrar em vigor",
pelas seguintes: "a partir de trinta
dias desta data".

Feita em sessão, 21 de junho de 1950.

Ataliba Nogueira
Ataliba Nogueira



Turunda COMISSÃO DE ECONOMIA

120

138
9/19

Solicitamos vista do parecer do nobre deputado Costa Pôrto sobre o projeto nº 418/50, oriundo do Senado, afim de melhor nos esclarecer quanto aos motivos que teriam determinado a inclusão do artigo 2º no projeto de extinção pura e simples da Comissão Central de Preços.

Ao que nos foi dado apurar, compras de mercadorias - generos de primeira necessidade - efetuadas sem autorização legal, por diversos órgãos do Poder Público, operações que, possivelmente realizadas em boa fé e com as melhores intenções, trouxeram consideráveis prejuizos ao país, deram causa à inclusão do referido artigo.

Cumpre-nos salientar que o projeto 418/50, objeto dêste nosso voto, derivou do projeto nº 46/1947, da autoria do ilustre senador Andrade Ramos, de que aproveitou os dois primeiros artigos, sofrendo ligeira modificação, em virtude de uma emenda de redação, o artigo segundo.

Na proposição Andrade Ramos, tinha perfeita aplicação os dispositivos do artigo em aprêço, de vez que criava, pelo artigo 3º, Comissões de Defesa da Economia.

Era assim como uma advertência para que não fôsem realizadas operações de crédito ou compras que não tivessem amparo legal - um expresso receio de que o novo Órgão viesse a exorbitar de suas funções.

Compreendemos e até louvamos os propositos com que se justifica a incorporação dos dispositivos do artigo 2º ao projeto 418/50, todavia, ao nosso ver, eles não se ajustam ao sentido restrito da proposição, que visa unicamente a extinção da C. C. P.

Quanto ao mérito, nos reportamos, com satisfação, a um trecho do bem elaborado e erudito parecer do deputado Costa Pôrto.



~~418~~
- 2 -
9/20

"Em tese, o que deveria prevalecer era a liberdade de comércio, a fixação de preços resultando, normalmente, da concorrência legítima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jogo clássico da oferta e da procura."

Seria realmente para desejar que estivessemos em condições normais de equilíbrio econômico-financeiro, de produção regular e progressiva, de moeda estável e valorizada e dispusessemos de outros fatores favoráveis, para podermos prescindir da intervenção governamental na fixação e no controle de preços, através de aparelhos ineficientes como a C.C.P. e semelhantes, deixando-se o comércio livre, obedecendo apenas ao "Jogo clássico da oferta e da procura".

Inicialmente, sem maior e mais detido exame do assunto, nos inclinava à aprovação do projeto 418/50.

Contudo, o exame que fizemos, dando ao problema a importância que ele merece, trouxe-nos a convicção de que a C.C.P. com todas as suas falhas e deficiências é, ainda assim, o único fim à desmedida expansão ascensional dos preços das utilidades mais necessárias.

Extinta, de pronto, a C.C.P., seria para receiar uma elevação imediata e generalizada de quasi todos os artigos de comércio agora sujeitos ao seu controle, recaindo os efeitos da alta, com maiores danos, sobre as classes menos favorecidas, e que vivem de rendimentos certos, mas invariáveis.

Pensamos, assim, que antes da extinção da C.C.P., de utilidade precária e por muitos arguida de prejudicial aos interesses da economia geral, algumas medidas acauteladoras deveriam ser tomadas, no sentido de ser resguardada a possibilidade de uma repentina e escorchante inflação de preços.

Por muito que desejássemos acompanhar a conclusão do brilhante parecer do eminente relator, deputado Costa Pôrto, preferimos ficar com o ponto de vista dos ilustres senado



~~611~~
C21

res Ivo de Aquino e Santos Neves, que rejeitaram o projeto declarando:

9h { "Não desejamos assumir a responsabilidade dessa situação, julgando mais prudente e sensato que a extinção da C.C.P. se faça paulatinamente, retirando-se do seu contrôlo os artigos cujo comércio se normalize aos poucos".

Com estas considerações, negamos aprovação ao projeto.

Comissão de Economia, em 6 de novembro de 1950.

Diriz Gonçalves Diriz Gonçalves
Alomar Baleeiro Alomar Baleeiro



Parecer

~~020~~
022

A Comissão de Economia, nos termos do Voto do Deputado Diniz Gonçalves, rejeitou o Parecer do Relator, adotando, como vencido os conceitos do referido Voto.

Sala "Carlos Peixoto Filho", em 13 de dezembro de 1950

Jose Joffily

Jose Joffily

Presidente.

Diniz Gonçalves,
Galeno Paranhos

Diniz Gonçalves

Relator.

Cordeiro de Mizada, vencido
Monteiros de Castro

Galeno Paranhos
Cordeiro de Mizada, vencido
Monteiros de Castro

Faracas d'Amaral, vencido

Faracas d'Amaral - vencido

Daniel Faraco, com
restrições

Daniel Faraco, com
restrições.

Luiz Carvalhos

Luiz Carvalhos

Amado Fontes

Amado Fontes

Alde Lampaio, vencido

Alde Lampaio, vencido

Hugo Carneiro

Hugo Carneiro

Uri Viana

Uri Viana

Costa Porto, vencido

Alionor Balduino

Alionor Balduino

Sereia Mendes

Sereia Mendes

Sereia Mendes



Voto vencido do Sr. Costa Porto

PROJETO nº 418/950

(DO SENADO)

Comissão de Economia.

Relator:

Costa Porto

Oriundo do Senado, veio a esta Comissão, sendo-me distribuido no dia 26, o projeto n. 418/950, pelo qual se extinguem "a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim", dando-se outras providências relacionadas com o assunto. O projeto do Senado consta de três artigos, assim redigidos:

"Art. 1º etc:"

Quando em pauta, recebeu a proposição uma emenda, de autoria do nobre deputado sr. Ataliba Nogueira, mandando substituir, no art. 1º, as palavras "a partir da data em que esta lei entrar em vigor" pelas seguintes: "a partir de trinta dias desta data".

PARECER

O processo, vindo do Senado, contem apenas o projeto inicial, modificado daquela alta casa do Congresso, e o autógrafo do texto aprovado. E é pena, porque, conhecendo a justificação do seu ilustre autor e os pareceres das doudas Comissões que opinaram a respeito, poderíamos encontrar elementos largos para melhor apreciação da materia submetida ao nosso exame, o que, no caso, seria de indiscutivel alcance, pois se trata de assunto sobre o qual se deve refletir maduramente.



~~222~~
224

De fato, estão em jôgo altos interesses coletivos, diante dos quais o Congresso precisa meditar com seriedade, afim de não agir precipitadamente, em prejuizo de tantas classes estreitamente ligadas á materia em fóco.

Em tese, o que deveria prevalecer era a liberdade do comércio, a fixação de prêcos resultando, normalmente, da concorrência legitima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jôgo clássico da oferta e da procura.

Em todos os tempos foi este processo regular que presidiu ao desenvolvimento sadio das trocas, colocando-se o comerciante como uma especie de "mediador plástico" entre os dois extremos da engrenagem economica, os centros de produção e os de consumo. Repontam, porém, na história das sociedades, situações anormais em que se altera, profundamente, este ritmo de equilibrio e, quando tal ocorre, seria ceder em excesso, ao liberalismo, rejeitar qualquer interferencia estatal visando a regular preços, exagêro que não encontra nenhum fundamento num mundo em que o Estado se vem extralimitando; desapoderadamente, surgindo dos escombros do "Etat-gendarme", a configuração revolucionária do Estado onipresente, discutivel na doutrina, repelendo como postulado teorico, mas, nem porisso, menos atual e generalizado...

Aliás seria um anacronismo imaginar-se que esta interferencia do poder público no comercio privado seja causa de nossos dias tumultuosos e intranquilos. Tanto quanto é lícito concluir, á luz de documentos históricos, a presença do Estado regulando a produção e o consumo é tão velha quanto o Brasil... ou mais velha ainda.

Quando começou a ser conhecido, na Europa, dos fins do medioevo, o assucar era produto de farmacia, vendido como genero medicinal a preço elevadissimo, figurando, nos inventários de reis, a modos de joias preciosas. *o desenvolvimento da industria no continente, porém, cedo começou a influir no preço*
(Nos meados do século 15, um quilo de assucar, ensina Simonsen, valia 75 cruzeiros, no poder aquisitivo de hoje e em 1501 a cotação descera para 8\$500.)

E que, plantando cana na Ilha da Madeira, Portugal desorganizara o

C 23
E 25

o commercio europeu e em tal vigor que a própria Metropole acabou assombrada: em 1498, El-Rei D. Manuel não vê outro caminho senão o intervencionismo estatal, limitando, ao máximo de 120.000 arrobas, a exportação do assucar da Madeira para o continente. A economia dirigida não é, pois, tão nova quanto se imagina...

E a política de controle de preços também não é inovação perigosa de nossos dias. Utilizou-a, parece, Duarte Coelho, se não há erro de interpretação, naquela sua carta de 20 de dezembro de 1546, em que fala em "outros costumes novos que mandey que se huzassem... porque estes donos dos engenhos queryam me esfollar o povo".

E política austera, de insofismável "Comissão Central de Preços", é fato banal no Regimento de Tomé de Sousa, quando el-Rei D. João III determina com tôdas as letras:

"Ey por bem que com os ditos capitães e officiaes asenteis os preços que vos parecer que onestamente podem valer as mercadorias que na terra ou ver e asy as que vão do reino... pera terem seus preços certos e onestos.. e por eles se venderem, trocarem e escaybarem".

E seria tarefa cômoda respigar, aqui e ali, nas Câmaras de Salvador e Piratininga, nos regimentos dos capitães, governadores e vice-reis, em cartas regias, alvarás e avisos, trêchos expressivos, que delatam ter sido um constante, por parte do poder público, no Brasil colônia, evitar a exploração, limitando a ganancia dos comerciantes - os "tratantes" da velha linguagem dos cronistas coloniais.

Esta divagação é necessaria para roborar a convicção de que, em tese, não me repugna a existencia de órgão de contrôle, principalmente em situações excepcionais, quando a febre do enriquecimento rápido a todos estonteia, gerando o clima em que "reinem os sentidos e a razão é morta" do ~~xxx~~ poeta italiano.

A Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais espalhadas pelo país em fóra tiveram um objetivo patriótico: evitar as manobras artificiais



~~24~~
26

de altas inexplicáveis, submetendo a sorte do consumidor ao guante e ao arbitrio dos exploradores, que alicerçam sua riqueza na miséria do povo indefeso.

Como órgão permanente, entretanto, sua existência^{se} justificava plenamente na fase de perturbação criada com a guerra ou nos dias que se seguiram ao conflito, parecendo demais se prolongue até hoje. É que, segundo se me afigura, houve um erro de base no plano de defesa do consumidor. O controle rígido dos preços, nos moldes em que se pretende agir no Brasil, era razoável como medida de transição, enquanto o país se ajustava ao novo ritmo, saindo das convulsões da guerra. Seria um órgão com o objetivo de freiar a ganância, de sustentar o desequilíbrio, muito comum nestas fases perturbadas, enquanto, simultaneamente, se tratasse de atacar o problema fundamental: a produção e seu escoamento. Tanto quanto me é dado ver, nesta confusão da vida brasileira, colho a impressão de que será este o único meio de solucionar a crise de abastecimento: "produzir e, mais do que isso, fazer que as mercadorias cheguem aos centros de consumo. Teima-se, porém, em querer regular fenômenos fluidos e vaporosos, como os econômicos, apenas utilizando dispositivos legais, uma terrível "ilusão gráfica", de que uma longa experiência de desastres ainda não emendou.

E o resultado aí está neste fato que me parece constituir o maior argumento em favor do projeto: a Comissão de Preços se tem limitado, quase que exclusivamente, a sancionar e legalizar a alta sucessiva e vertical dos gêneros de primeira necessidade.

E com uma tremenda injustiça que tem concorrido para levar o desestímulo à vida rural: quase só se tabelam os gêneros agrícolas, os produtos da lavoura, não permitindo paga remuneradora, desanimando os agricultores e dando margem a este paradoxo gritante: nas cidades pagamos os olhos da cara pelos gêneros alimentícios que, nos centros de produção, atingem cotações ridículas.

ridículas



C 45

EN 27

diculas.

Mauricio

Poder-se-á alegar que a argumentação é contra-producente, porque se isto, ocorre existindo o órgão de controle, muito pior será se êle desaparecer. Não me curvo á objeção. Tenho para mim - e traduzo o sentimento geral da opinião - que, por mais estranho que pareça, o controle, como se v fazendo, contribui, em grande parte, para agravar a situação.

Tabelam-se os gêneros em gabinete e eles se somem, dando lugar ao "cambio negro", ás "negociatas", aos conluíus de "bas-fond" a que está condenado o consumo nos grandes núcleos urbanos, principalmente o Distrito Federal. Não tenho elementos de prova - até porque o suborno, a chantagem, as "gratificações" escusas não se fazem através de documentos - mas é do conhecimento geral o que, neste setor, tem ocorrido no país.

Pagando por fora, o comerciante se defende, cobrando agios astronômicos e daí o comercio clandestino que, nem sequer, beneficia o fisco, desfalcado das "diferenças" que não constam da escrita dos estabelecimentos comerciais.

Resumindo meu ponto de vista:

Tenho para mim que o problema do abastecimento é uma decorrência da produção e seu escoamento para os centros de consumo. Um organismo de controle se explica em situações anormais, não podendo, entretanto, eternizar-se. Já é tempo de buscar as causas reais da crise, atacá-las de rijo e com decisão, deixando de lado paliativos. As Comissões de Prêços falharam por motivos vários, a começar pela circunstância de que se está exigindo delas aquilo que ultrapassa suas possibilidades. O controle, tal qual se vem fazendo, apenas tem contribuído para a proliferação do "cambio negro", transformando-se tais organismos em aparelhamentos inúteis e custosos. Com os meios legais de que dispõe, pode o governo atacar frontalmente os abusos




~~C26~~
228

emergentes, pois são crimes contra a economia popular.

Assim pensando, meu parecer é favorável ao projeto oriundo do Senado, opinando, ainda, favoravelmente á emenda Ataliba Nogueira, com esta redação, "a partir de trinta dias da vigencia desta lei".

É o meu parecer.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1950.


Costa Porto.



COMISSÃO DE ECONOMIA

2º PARECER

Ja

0129

Na passada legislatura apresentou o Senador Andrade Ramos o presente Projeto que teve o número 46/1947 e, aprovado no Senado, veio a esta Câmara onde recebeu o número 418.

Submetido antes ao exame desta Comissão não logrou pronunciamiento favorável apesar do brilhante voto do seu Relator, deputado Costa Porto. Relatou o vencido o deputado Diniz Gonçalves. Na presente sessão legislativa já esta Comissão o condenou à rejeição pela aprovação que deu ao Projeto nº 513 que foi objeto da mais detalhada apreciação. A fase de perturbação na sua vida econômica que atravessa o País justificou a sobrevivência por determinado prazo de um órgão controlador de preços. Na proposição já aprovada houve a preocupação de, transformando a antiga C.C.P., dar-lhe outras atribuições e libertá-la de deficiências que apresentava. Sua existência que é condicionada às circunstâncias, como bem foi aqui ressaltado, não solucionará o problema da alta dos preços mas o amenizará e sobretudo com a responsabilidade de ser também de abastecimento,

Nestas condições é de ser rejeitado o presente Projeto.

Sala "Carlos Peixoto Filho", em 10 de dezembro de 1951.

RUY PALMEIRA

Bilacourt
 Waldemar Jorge
 par nome
 Urubim
 Arap duveire
 Daniel Fariao, pela conclus
 eib Jorge
 Barro de arua
 Sylvis Henrique

*Vae à Comissão de Economia, a respeito de
Rejeição emenda e projeto*

*W. Campos Vaz
11. 1. 51*

[Handwritten signature]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 418-A — 1950

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Economia contrário ao projeto emendado em pauta, com voto vencido do Sr. Costa Pôrto

PROJETO N.º 418-1950. A QUE SE
REFERE O PARECER

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam extintas as Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias, bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção, na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2.º As operações de crédito os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei: no caso contrário são nulas e os mandatários e executores desses atos por eles responderão pessoalmente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1950. — Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — Dario Cardoso.

EMENDA DE PAUTA APRESENTADA AO PROJETO N.º 418-50

Substitua-se, no art. 1.º, as palavras "a partir da data em que esta lei entrar em vigor", pelo seguinte: "a partir de trinta dias desta data". Sala das Sessões. 21 de agosto de 1950. — Ataliba Nogueira.

Parecer da Comissão de Economia

Solicitamos vista do parecer do nobre Deputado Costa Pôrto sobre o Projeto n.º 418-50, oriundo do Senado, a fim de melhor nos esclarecer quanto aos motivos que teriam determinado a inclusão do artigo 2.º no projeto de extinção pura e simples da Comissão Central de Preços.

Ao que nos foi dado apurar, compras de mercadorias — gêneros de primeira necessidade — efetuadas sem autorização legal, por diversos órgãos do Poder Público, operações que, possivelmente realizadas em boa fé e com as melhores intenções, trouxeram consideráveis prejuízos ao país, deram causa à inclusão do referido artigo.

Cumpramos salientar que o Projeto 418-50, objeto deste nosso voto, derivou do Projeto 46-1947, da autoria do ilustre Senador Andrade Ramos, de que aproveitou os dois primeiros artigos, sofrendo ligeira modificação, em virtude de uma emenda de redação, o artigo segundo.

Na proposição Andrade Ramos, tinha perfeita aplicação os dispositivos do artigo em aprêço de vez que criava, pelo artigo 3.º, Comissões de Defesa da Economia.

Era assim como uma advertência para que não fossem realizadas operações de crédito ou compras que não tivessem amparo legal — um expresso receio de que o novo órgão viesse a exorbitar de suas funções.

*Parecer de
Economia
b*

Projeto

Emenda

Compreendemos e até louvamos os propósitos com que se justifica a incorporação dos dispositivos do artigo 2.º ao Projeto 418-50, todavia, ao nosso ver, eles não se ajustam ao sentido restrito da proposição, que visa unicamente a extinção da C.C.P.

Quanto ao mérito, nos reportamos, com satisfação, a um trecho do bem elaborado e erudito parecer do Deputado Costa Porto.

"Em tese, o que deveria prevalecer era a liberdade de comércio, a malmente, da concorrência legítima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jogo clássico da oferta e da procura".

Seria realmente para desejar que estivessemos em condições normais de equilíbrio econômico-financeiro, de produção regular e progressivo, de moeda estável e valorizada e dispuséssemos de outros fatores favoráveis, para podermos prescindir da intervenção governamental na fixação e no controle de preços, através de aparelhos ineficientes como a C. C. P. e semelhantes, deixando-se o comércio livre, obedecendo apenas ao "Jogo clássico da oferta e da procura".

Inicialmente, sem maior e mais detido exame do assunto, nos inclinava à aprovação do Projeto 418-50.

Contudo, o exame que fizemos, dando ao problema a importância que ele merece, trouxe-nos a convicção de que a C. C. P. com todas as suas falhas e deficiência é, ainda assim, o único fim à desmedida expansão ascensional dos preços das utilidades mais necessárias.

Extinta, de pronto, a C. C. P., seria para receber uma elevação imediata e generalizada de quase todos os artigos de comércio agora sujeitos ao seu controle, recaindo os efeitos da alta com maiores danos, sobre as classes menos favorecidas, e que vivem de rendimentos certos, mas invariáveis.

Pensamos, assim, que antes da extinção da C. C. P., de utilidade precária e por muitos arguida de prejudicial aos interesses da economia geral, algumas medidas acauteladoras deveriam ser tomadas, no sentido de ser resguardada a possibilidade de uma repentina e escorchante inflação de preços.

Por muito que desejássemos acompanhar a conclusão do brilhante parecer do eminente relator, Deputado Costa Porto, preferimos ficar com o ponto de vista dos ilustres Senado-

res Ivo de Aquino e Santos Neves, que rejeitaram o projeto declarando:

"Não desejamos assumir a responsabilidade dessa situação, julgando mais prudente e sensato que a extinção da C. C. P. se faça paulatinamente, retirando-se do seu controle os artigos cujo comércio se normalize aos poucos".

Com estas considerações, negamos aprovação ao projeto.

Comissão de Economia, em 6 de novembro de 1950. — *Diniz Gonçalves*. — *Aliomar Baleeiro*.

PARECER

A Comissão de Economia, nos termos do Voto do Deputado Diniz Gonçalves, rejeitou o Parecer do Relator, adotando como vencido os conceitos do referido Voto.

Sala "Carlos Peixoto Filho", em 13 de dezembro de 1950. — *José Joffily*, Presidente. — *Diniz Gonçalves*, Relator. — *Galeno Paranhos*. — *Cordeiro de Miranda*, vencido. — *Tavares d'Amaral*, vencido. — *Daniel Faraço*, com restrições. — *Luiz Carvalho*. — *Armando Fontes*. — *Alde Sampaio*, vencido. — *Hugo Carneiro*. — *Ari Viana*. — *Costa Porto*, vencido. — *Aliomar Baleeiro*. — *Pereira Mendes*.

VOTO VENCIDO DO SR. COSTA PORTO

Oriundo do Senado, veio a esta Comissão, sendo-me distribuído no dia 26, o projeto n.º 418-50, pelo qual se extinguem "a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim", dando-se outras providências relacionadas com o assunto. O projeto do Senado consta de três artigos, assim redigidos:

"Art. 1.º etc.":

Quando em pauta, recebeu a proposição uma emenda, de autoria do nobre deputado Sr. Ataliba Nogueira, mandando substituir, no art. 1.º, as palavras "a partir da data em que esta lei entrar em vigor" pelas seguintes: "a partir de trinta dias desta data".

PARECER

O processo, vindo do Senado, contém apenas o projeto inicial, modificado naquela alta casa do Congresso, e o autógrafo do texto aprovado. É pena porque, conhecendo a justificação do seu ilustre autor e

os pareceres das doudas Comissões que opinaram a respeito, poderíamos encontrar elementos largos para melhor apreciação da matéria submetida ao nosso exame, o que, no caso, seria de indiscutível alcance, pois se trata de assunto sobre que se deve refletir maduramente.

De fato estão em jogo altos interesses coletivos, diante dos quais o Congresso precisa meditar com seriedade, a fim de não agir precipitadamente em prejuízo de tantas classes estreitamente ligadas à matéria em foco.

Em tese, o que deveria prevalecer era a liberdade do comércio, a fixação de preços resultando, normalmente, da concorrência legítima, as oscilações dos mercados obedecendo ao jogo clássico da oferta e da procura.

Em todos os tempos foi este processo regular que presidiu ao desenvolvimento sadio das trocas, colocando-se o comerciante como uma espécie de "mediador plástico" entre os dois extremos da engrenagem econômica, os centros de produção e os de consumo. Repontam, porém, na história das sociedades, situações anormais em que se altera, profundamente, este ritmo de equilíbrio e, quando tal ocorre, seria ceder em excesso, ao liberalismo, repelir qualquer interferência estatal visando a regular preços exagêro que não encontra nenhum fundamento num mundo em que o Estado se vem extrapolimitando, desapoderadamente, surgindo, dos escombros do "Etat-gendarme", a configuração revolucionária do Estado onipresente, discutível na doutrina, repelendo como postulado teórico, mas, nem porisso menos atual e generalizado...

Aliás seria um anacronismo imaginar-se que esta interferência do poder público no comércio privado seja coisa de nossos dias tumultuosos e intranquillos. Tanto quanto é lícito concluir, á luz de documentos históricos a presença do Estado regulando a produção e o consumo é tão velha quanto o Brasil... ou mais velha ainda.

Quando começou a ser conhecido, na Europa, dos fins do medievo, o açúcar era produto de farmácia, vendido como gênero medicinal a preços elevadíssimos figurando, nos inventários de reis, a modos de joias preciosas. O desenvolvimento da indústria no continente, porém, cedo começou a influir nos preços. Nos meados do século 15, um quilo de assú-

car, ensina Simonsen, valia 75 cruzeiros, no poder aquisitivo de hoje e em 1501 a cotação descera para 8\$500. E' que plantando cana na Ilha da Madeira, Portugal desorganizara o comércio europeu e em tal vigor que a própria Metrópole acabou assombrada: em 1498, El-Rei D. Manuel não vê outro caminho senão o intervencionismo estatal limitando, ao máximo de 120.000 arrobas, a exportação do açúcar da Madeira para o continente. A economia dirigida não é, pois, tão nova quanto se imagina...

E a política de contróle de preços também não é inovação perigosa de nossos dias. Utilizou-a, parece, Duarte Coelho se não há erro de interpretação naquela sua carta de 20 de dezembro de 1546, em que fala em "outros costumes novos que mandey que se huzassem... porque estes donos dos engenhos quaryam me esfollar o novo"

E política austera, de insofismável "Comissão Central de Preços" é fato banal no Regimento de Tomé de Sousa, quando el-Rei D. João III determina com tôdas as letras:

"E' por bem que com os ditos capitães e officiaes asenteis os preços que vos parecer que onestamente podem valer as mercadorias que na terra ouver e asy as que vão do reino... pera terem seus preços certos e onestos... e por eles se venderem, trocarem e escaybarem"

E seria tarefa cômoda respigar, aqui e ali, nas Câmaras do Salvador e Piratininga, nos regimentos dos capitães governadores e vice-reis, em cartas regias, alvarás e avisos, trechos expressivos, que delatam ter sido uma constante, por parte do poder público, no Brasil colônia, evitar a exploração, limitando a ganancia dos comerciantes — os "tratantes" da velha linguagem dos cronistas coloniais.

Esta divagação é necessária para roborar a convicção de que, em tese, não me repugna a existência de órgão de contróle, principalmente em situações excepcionais, quando a febre do enriquecimento rápido a todos estonteia, gerando o clima em que "reïnham os sentidos e a razão é morta" do poeta italiano.

A Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais espalhadas pelo país em fora tiveram um objetivo patriótico: evitar as manobras artificiais de altas inexplicáveis, submetendo a sorte do consumidor ao guante e ao arbítrio dos exploradores, que

alicerçam sua riqueza na miséria do povo indefeso.

Como órgão permanente, entretanto, sua existência se se justificava plenamente na fase de perturbação criada com a guerra ou nos dias que se seguiram ao conflito, parece demais se prolongue até hoje. E' que, segundo se me afigura, houve um erro de base no plano de defesa do consumidor. O controle rígido dos preços, nos moldes em que se pretende agir no Brasil, era razoável como medida de transição, enquanto o país se ajustava ao novo ritmo, saindo das convulsões da guerra. Seria um órgão com o objetivo de freiar a ganância, de sustentar o desequilíbrio, muito comum nestas fases perturbadas, enquanto, simultaneamente, se tratasse de atacar o problema fundamental: a produção e seu escoamento. Tanto quanto me é dado ver, nesta confusão da vida brasileira, colho a impressão de que será este o único meio de solucionar a crise de abastecimento: produzir e, mais do que isso, fazer que as mercadorias cheguem aos centros de consumo. Teima-se, porém, em querer regular fenômenos fluidos e vaporosos, como os econômicos, apenas utilizando dispositivos legais, uma terrível "ilusão gráfica", de que uma longa experiência de desastres ainda nos não emendou.

E o resultado aí está neste fato que me parece constituir o maior argumento em favor do projeto: a Comissão de Preços se tem limitado, quase que exclusivamente, a sancionar e legalizar a alta sucessiva e vertical dos gêneros de primeira necessidade.

E com uma tremenda injustiça que tem concorrido para levar o desestímulo à vida rural: quase só se tabelam os gêneros agrícolas, os produtos da lavoura não permitindo paga remuneradora, desanimando os agricultores e dando margem a este paradoxo gritante: nas cidades pagamos os olhos da cara pelos gêneros alimentícios que, nos centros de produção, atingem cotações ridículas.

Poder-se-á alegar que a argumentação é contra-producente, porque se isto, ocorre existindo o órgão de controle, muito pior será se ele desa-

parecer. Não me curvo à objeção. Tenho para mim — e traduzo o sentimento geral da opinião — que, por mais estranho que pareça, o controle, como se vem fazendo, contribui, em grande parte, para agravar a situação.

Tabelam-se os gêneros em gabinete e eles se somem, dando lugar ao "cambio negro", às "negociatas", aos conluíus de "bas-fond" a que está condenado o consumo nos grandes núcleos urbanos, principalmente o Distrito Federal. Não tenho elementos de prova — até porque o suborno, a chantagem, as "gratificações" escusas não se fazem através de documentos — mas é do conhecimento geral o que, neste setor, tem ocorrido no país.

Pagando por fora, o comerciante se defende, cobrando agios astronômicos e daí o comércio clandestino que, nem sequer, beneficia o fisco, desfalcado das "diferenças" que não constam da escrita dos estabelecimentos comerciais.

Resumindo meu ponto de vista:

Tenho para mim que o problema do abastecimento é uma decorrência da produção e seu escoamento para os centros de consumo. Um organismo de controle se explica em situações anormais não podendo, entretanto, eternizar-se. Já é tempo de buscar as causas reais da crise, atacá-las de rijo e com decisão, deixando de lado paliativos. As Comissões de Preços falharam por motivos vários, a começar pela circunstância de que se está exigindo delas aquilo que ultrapassa suas possibilidades. O controle, tal qual se vem fazendo, apenas tem contribuído para a proliferação do "cambio negro", transformando-se tais organismos em aparelhamentos inúteis e custosos. Com os meios legais de que dispõe, pode o governo atacar frontalmente os abusos emergentes, pois são crimes contra a economia popular.

Assim pensando, meu parecer é favorável ao projeto oriundo do Senado, opinando, ainda, favoravelmente à emenda Ataliba Nogueira, com esta redação, "a partir de trinta dias da vigência desta lei".

E o meu parecer.

Sala das Comissões, 28 de junho de 1950. — *Corta Porto*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

L 18 A
1950

Projeto _____ 11.1

mes - pauta (1) _____ pag. 1

Parecer de Economia - ~~10~~ - 13.12.50 _____ pag. 2 a 4
Cota Góti

com notas reunidas - pag. 2.

Rejeitados
Apresentados. ~~Rejeito emenda e o projeto, mas não a~~
~~relação / p.~~
1

Em 26 / 12 / 50

Projeto

nº 418/A-1950

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências, tendo parecer da Comissão de Economia contrário ao projeto emenda do ementa, com voto vencido do Sr. Costa Porto.

Projeto nº 418/1950, a que se refere o parecer.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2.º — As operações de crédito, os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas

pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei; no caso contrário são nulas e os mandatários e executores desses atos por eles responderão pessoalmente.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1950. — Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — Dario Caruso.

mandado em pauta : — *Comissão de Economia*

22.6.50



clm

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 418 — 1950

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências

(Do Senado)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias, bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2.º — As operações de crédito, os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas

pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei; no caso contrário são nulas e os mandatários e executores desses atos por eles responderão pessoalmente.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1950. — *Nereu Ramos*. — *Georgino Avelino*. — *Dario Carneiro*.

da Comissão de Constituição e Justiça e de Economia
13.6.50

clm

55

9 de junho de 1950

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Diretoria dos Serviços Legislativos	
JUN 13 1950	
PROTOCOLO GERAL	
Nº	1918

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne de submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o ind uso autógrafo do projeto do Senado que extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Georgino Avelino

Senador Georgino Avelino
1º Secretário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais destinadas ao mesmo fim, ficando sem efeito, a partir da data em que esta lei entrar em vigor, as respectivas portarias, bem como os tabelamentos e outros atos de intervenção na liberdade do comércio e dos transportes.

Art. 2º - As operações de crédito, os financiamentos e as compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só poderão ter efeito se decorrerem de lei; no caso contrário, são nulas e os mandatários e executores dêsses atos por eles responderão pessoalmente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 9 de junho de 1950

Assinado
por
Aguiar



SENADO FEDERAL

PROJETO

N.º 46 — 1947

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais, canceladas as respectivas portarias, tabelamentos, bem como atos de intervenção na liberdade de comércio e dos transportes.

Art. 2.º — Quaisquer operações de crédito, financiamento ou compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só podem ter efeito se decorrentes da lei respectiva; e não havendo lei ficam nulas e os mandatários e os executores pessoalmente responsáveis.

Art. 3.º — Após a dissolução das organizações atuais a que se refere o artigo 1.º desta lei, o Poder Executivo constituirá Comissões de Defesa da Economia, sendo uma central e uma para cada Estado composta de 3 membros e do menor pessoal necessário, aproveitando os elementos mais eficientes das atuais Comissões de Preços.

Art. 4.º — Compete às Comissões de Defesa da Economia acautelar o

interesse público contra a existência e a prática de operações de *cartels* ou *trusts*, combinações ou arranjos, de sindicatos, grupos, associações, coalisões internas ou de origem externa, lesivas a organização da economia e a formação do justo preço, aplicando as medidas regulamentares desta lei e o Decreto-lei n.º 869, de 13 de novembro de 1933, quando for caso bem como fiscalizar as aplicações dos dispositivos do Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946.

Art. 5.º — As verbas destinadas e os créditos concedidos para as Comissões de Preços ficam revigoradas no que for necessário para a execução da presente lei.

Art. 6.º — O Governo expedirá o regulamento desta lei, dentro do prazo de 30 dias depois de sua promulgação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1947. — *Andrade Ramos*.

Publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 1 de novembro de 1947.



SENADO FEDERAL

PROJETO

N.º 46 — 1947

Extingue a Comissão Central de Preços e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais, canceladas as respectivas portarias, tabelamentos, bem como atos de intervenção na liberdade de comércio e dos transportes.

Art. 2.º — Quaisquer operações de crédito, financiamento ou compras de mercadorias feitas ou autorizadas pelo Poder Executivo, diretamente ou por intermédio do Banco do Brasil ou de outros estabelecimentos, só podem ter efeito se decorrentes da lei respectiva; e não havendo lei ficam nulas e os mandatários e os executores pessoalmente responsáveis.

Art. 3.º — Após a dissolução das organizações atuais a que se refere o artigo 1.º desta lei, o Poder Executivo constituirá Comissões de Defesa da Economia, sendo uma central e uma para cada Estado composta de 3 membros e do menor pessoal necessário, aproveitando os elementos mais eficientes das atuais Comissões de Preços.

Art. 4.º — Compete às Comissões de Defesa da Economia acautelar o

interesse público contra a existência e a prática de operações de *carteis* ou *trusts*, combinações ou arranjos, de sindicatos, grupos, associações, coalisões internas ou de origem externa, lesivas a organização da economia e a formação do justo preço, aplicando as medidas regulamentares desta lei e o Decreto-lei n.º 369, de 18 de novembro de 1936, quando fôr caso bem como fiscalizar as aplicações dos dispositivos do Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946.

Art. 5.º — As verbas destinadas e os créditos concedidos para as Comissões de Preços, ficam revigoradas no que fôr necessário para a execução da presente lei.

Art. 6.º — O Governo expedirá o regulamento desta lei, dentro do prazo de 30 dias depois de sua promulgação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1947. — *Andrade Ramos*.

Publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 1 de novembro de 1947.



OBSERVAÇÕES

Lined area for observations, consisting of 20 horizontal lines.

DOCUMENTOS ANEXADOS:

Lined area for documents attached, consisting of 3 horizontal lines.